Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 197-219
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

História da Educação no Porto Moniz: Os Primórdios da Instrução Primária (1838-1878)

History of Education in Porto Moniz: The Origins of Primary Schooling (1838-1878)

Luciana Paredes[1]

Resumo

A história do ensino primário no concelho do Porto Moniz, na Madeira, revela um percurso lento e marcado por dificuldades estruturais ao longo do século XIX. Entre a criação da primeira escola, em 1838, e as reformas de finais de oitocentos, a escolarização local foi condicionada pela instabilidade administrativa, pela escassez de recursos financeiros e pelo isolamento geográfico. Através da análise de atas de vereações, relatórios de inspeção e dados estatísticos, reconstituem-se os principais aspetos deste processo: a instalação das primeiras escolas, a precariedade das condições materiais, a reduzida frequência de alunos e os esforços incipientes de educação feminina. O caso do Porto Moniz exemplifica as dificuldades vividas em concelhos periféricos na implementação das políticas liberais de instrução. Ao reunir informação dispersa e dar visibilidade a esta realidade local, o estudo contribui para a valorização da memória educativa madeirense e abre caminho a futuras investigações comparativas com outros contextos insulares e continentais.

Palavras-chave: História da Educação; Município Pedagógico; Ensino Primário; Porto Moniz.

Abstract

The history of primary education in the municipality of Porto Moniz, in the island of Madeira, reveals a slow trajectory marked by structural difficulties throughout the 19th century. Between the establishment of the first school in 1838 and the late 1800s reforms,

[1] Doutorada em Educação pela Universidade de Lisboa, é professora na Escola Superior de Educação João de Deus e investigadora colaboradora no Centro de Estudos Globais e na Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. Os seus interesses centram-se na História da Educação, Ensino na Madeira, Ensino Primário e Formação de Professores. Endereço eletrónico: marialucianaparedes@gmail.com.

local schooling was negatively impacted by administrative instability, limited financial resources, and geographical isolation. Based on the analysis of municipal records, inspection reports, and statistical data, it is possible to piece together the main aspects of this process: the establishment of the first schools, the precarious material conditions, the low attendance rates, and the early efforts towards female education. The case of Porto Moniz exemplifies the challenges faced by peripheral municipalities in implementing liberal education policies. By gathering dispersed information and highlighting this local reality, the study contributes to the appreciation of Madeira's educational memory and paves the way for future comparative research with other insular and continental contexts.

Keywords: History of Education; Pedagogical Municipality; Primary Education; Porto Moniz.

Nota Introdutória

Este texto foi escrito no âmbito de uma investigação sobre a história do ensino primário na Madeira (1772-1960), que combina uma análise abrangente da evolução do ensino em toda a Ilha com um estudo mais detalhado de três concelhos representativos da realidade insular: o Funchal (capital de distrito), um concelho rural do Sul (Calheta) e um concelho rural do Norte (Porto Moniz)[2].

O Liberalismo reforçou a autonomia municipal relativamente ao poder central, atribuindo às câmaras novas responsabilidades administrativas. Assim, a escrituração municipal tornou-se um elemento fundamental da administração pública: «era uma escrita multifuncional, que tinha no escrivão uma coerência e um sentido. Ele cultivava e assegurava a idiossincrasia entre o município, com a sua diversidade integradora, e a diversidade da escrita, com sua uniformização-normalização»[3]. Ao incorporar a cultura escrita como instrumento de governo, a manutenção do poder local passou a depender, em larga medida, da instituição escolar. Por outro lado, «o funcionamento do regime liberal dependeu de uma cidadania alfabetizada: capacidade mínima de leitura e escrita, acesso a informação normalizada, acção cívica»[4].

O recorte temporal aqui analisado contempla os primeiros 50 anos de desenvolvimento da rede escolar do Porto Moniz. Constata-se que, embora a criação de escolas estivesse ainda distante da universalização do ensino primário, idealizada pelos liberais, o ensino adquiriu uma progressiva importância na sociedade.

---

2 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário* […].
3 MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 23.
4 MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 23.

Importa sublinhar que o Porto Moniz apresentava um desfasamento relativamente ao Funchal e até a outros concelhos rurais do Sul, como a Calheta, onde o ensino, nomeadamente masculino, evoluiu de forma mais célere. A história educativa do Porto Moniz só pode ser compreendida à luz do isolamento em que vivia a sua população: o acesso à capital do distrito – centro urbano e ponto de contacto com o exterior – era extremamente difícil, quer por mar, devido à forte agitação marítima característica da costa norte da ilha, quer por terra, uma vez que não existiam estradas que assegurassem uma ligação eficaz. Este contexto de difícil comunicação condicionou decisivamente a história do concelho. Por outro lado, o "atraso" do Porto Moniz esteve inexoravelmente associado às repetidas supressões deste município que tiveram impacto em termos de autonomia financeira e dificultaram a implementação de uma política educativa.

Esta investigação assentou em duas operações complementares do método historiográfico: uma de natureza heurística, centrada na identificação e seleção de documentos sobre a situação educativa do Porto Moniz entre 1838 e 1878, e outra de carácter hermenêutico, dedicada à interpretação desses mesmos documentos no contexto da reforma pombalina do ensino na Madeira. Os critérios adotados na transcrição da documentação foram: respeito integral do texto original, nomeadamente quanto à ortografia e pontuação, apenas atualizando a separação e união de palavras para facilitar a leitura. Para indicar trechos ou palavras de difícil leitura, utilizou-se o símbolo [?], acompanhado da sugestão da palavra considerada mais provável.

O Surgimento do Porto Moniz

A partir da Revolução Liberal, «o exercício reformista para articular princípios de racionalidade com prerrogativas tomadas como naturais, ou seja, para articular a geografia histórica com a geografia natural, tornava as discussões políticas intermináveis e as reformas ficavam adiadas»[5]. A história do concelho do Porto Moniz é reflexo das indecisões e alterações administrativas que ocorreram ao longo do século XIX. Criado em 1835, suprimido entre 1849 e 1855, entre 1867 e 1868 e novamente entre 1895 e 1898, este concelho viu os seus limites várias vezes revistos, com repercussões no desenvolvimento de uma política coesa, inclusive em termos

[5] MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 12.

educativos. Ainda assim, de todos os concelhos do Norte da ilha da Madeira, o Porto Moniz é aquele que apresenta vereações mais antigas, o que permite estudar a evolução do sistema educativo local desde a sua génese.

A Câmara do Porto Moniz iniciou os seus trabalhos a 31 de outubro de 1835; ao longo desse ano e do ano seguinte os vereadores estiveram concentrados na organização do município. Não existindo livro de receita e despesa desta época, não é possível confirmar a situação financeira da Câmara, mas as atas das vereações dão a entender que seria precária, pois a edilidade não tinha fundos para a realização de obras públicas de primeira necessidade. No dia 11 de janeiro de 1837,

> «Foi prezente hum Officio do referido Admenistrador […] rellativamente aos Cemiterios do Concelho; sobre o que deliberaraõ se Offeci ao mesmo Admenistrador, fazendo lhe ver que a Camara se naõ acha com meios sufecientes para fazer as despezas que rezultaõ daquelles Cemiterios pela sua recemnascencia fazem que dignando-se o mesmo Excelentissimo Admenistrador conceder a Camara os terrenos precizos para aquelles Cemiterios, em todas as freguezias do Concelho, entaõ lhe fara dár principio, pois que suas rendas saõ inteiramente deminutas e por concequencia naõ tem meios para fazer taes despezas»[6].

Mais de um ano depois de entrar em funcionamento, a Câmara continuava sem edifício para sua digna instalação e sem verba para o construir. Em 28 de janeiro de 1837, decidiu exigir uma contribuição extraordinária aos munícipes para esse mesmo fim:

> «Deliberaraõ se Offeci ao dito Admenistrador dizendo-lhe que a Camara inpoz aos habitantes do seu Concelho huma contribuiçaõ directa de hum por cento, e que esta contribuiçaõ emportou na quanthia de hum conto, duzentos quarenta e oito mil setecentos e douze reis, cuja aplicaçaõ se destina para a construçaõ d'hum edificio para as Secções da Camara»[7].

A situação económica era tão débil que, por vezes, nem havia dinheiro suficiente para pagar o pessoal da Câmara, o que dificultaria o recrutamento: «Nella declararaõ que nenhum dos Membros da Camara será responçavel por pagar alguma ou qualquer dos seus officiais, ou da Admenistraçaõ, ainda quando o Concelho naõ tenha meios suficientes para fazer as pagas dos seus ordenados nas épocas estipulladas»[8]. Na vereação seguinte, o porteiro da Câmara apresentou a sua demissão,

---

6 Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Porto Moniz (CMPMZ), Vereações, 1835--1840, lv. 1, fl. 84f.

7 ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 87f.

8 ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 163f.

o que leva a supor que ele seria um dos funcionários cujo vencimento não estaria a ser pago com regularidade.

Portanto, mesmo que a Câmara do Porto Moniz tivesse interesse em investir na educação, provavelmente não teria disponibilidade financeira para o efeito. Analisando um ano de vereações após a publicação da reforma educativa de Passos Manuel a 15 de novembro de 1836, constata-se que apenas uma vez se faz referência ao ensino primário, na sessão de 25 de fevereiro de 1837:

> «Deliberaraõ se passem Editaes para todas as Freguezias deste Concelho, a fim de por elles se fazer publico aos habitantes do mesmo Concelho, que Sua Magestade tem facultado Escollas para toda a Provincia, e que portanto havendo n'este Concelho quem queira abrir Escolla o podem fazer participando por escripto ao Admenistrador deste Concelho, fazendo-lhe ver o local d'ella»[9].

O facto de o município publicar editais informando que estava autorizada a abertura livre de escolas (nos termos do art.º 2.º da referida lei de 1836) é sinal da existência de interesse por parte dos munícipes. No entanto, a falta de debate sobre o tema revela algum descomprometimento em relação ao mesmo. Não será temerário afirmar que o interesse do município no estabelecimento de escolas seria relativo: reconhecia a sua importância, mas não trabalhava nesse sentido porque outras questões (como a construção de cemitérios ou da casa da Câmara) eram consideradas prioritárias. Uma deliberação de 30 de janeiro de 1838 mostra que a escassez de referências ao ensino nas vereações do concelho do Porto Moniz resulta de este não ter ainda uma escola primária:

> «Nella foi prezente huma Circullar do Admenistrador Geral […] acompanhada d'hum exemplar da Portaria do Ministerio do Reino, rellativa á gratificaçaõ com que as Camaras devem contribuir para os Professores do ensino primario, do que mandaraõ se acuze a recepçaõ, fazendo se constar que a Camara fica sciente do seu contheudo e que será solhicita em contribuir com tal gratificaçaõ logo que n'este Concelho haja tál Professor»[10].

A inexistência de uma escola primária em toda a área concelhia viria a ter impacto, naturalmente, no nível de alfabetização dos munícipes. Os poucos indivíduos capazes de ler e escrever pertenciam a famílias de condição económica mais favorável, que podiam contratar os serviços de professores particulares ou colocar os filhos em regime de internato no Funchal, e nem sequer todos esses tinham uma formação

[9] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 92.
[10] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 150.

suficientemente sólida: era o caso de José António Homem de Gouveia, que a 11 de março de 1837 declarava que não podia ser presidente da derrama do finto da freguesia da Ribeira da Janela por não saber contar: «fazendo ver que elle naõ pode asseitar ser Prezidente da derrama do finto daquella Freguezia por naõ saber contar cuja reclamaçaõ lhe foi admetida previsto ser justa a sua escuza»[11].

Neste contexto, seria difícil para a Câmara recrutar pessoas qualificadas para desempenhar tarefas administrativas (não apenas porque seriam objetivamente poucas, mas também porque a irregularidade da correspondente remuneração – como acima se viu –, seria certamente um fator dissuasor de aceitação de emprego ao serviço do município). Na ata já citada da sessão de vereação de 11 de março de 1837 é mencionado um «officio do Juiz Eleito da Freguezia do Seixal reclamando não puder asseitar o ser Prezidente da derrama do finto daquella Freguesia em razão de seus cargos cuja reclamaçaõ lhe naõ foi admetida»[12]. Efetivamente, como forma de suprir a falta de população qualificada, a Câmara cumulava de responsabilidades os indivíduos capazes e raramente aceitava os pedidos de escusa. Curiosamente, verifica-se que apesar da dificuldade em assegurar o provimento de cargos administrativos, o município não demonstra, até esta altura, preocupar-se com o estabelecimento de uma escola.

Já a sessão de vereação de 30 de janeiro de 1838 permite tirar uma conclusão diferente. O município da Calheta pagara pela primeira vez a devida gratificação ao professor primário, a 31 do mesmo mês e ano, um dia depois da Câmara do Porto Moniz ter recebido aviso de que as câmaras estavam obrigadas a pagar esse subsídio aos professores da instrução primária. Acontece que a lei que impunha esse encargo às câmaras fora publicada a 15 de novembro de 1836. Sobre esta lei em específico, a historiadora Áurea Adão nota o desejo de a executar imediatamente: «precisamente um mês depois, o ministro do Reino Passos Manuel enviou para os administradores-gerais dos distritos exemplares da legislação, para divulgação junto dos administradores dos concelhos e das câmaras municipais»[13]. No entanto, a Calheta só concretizou tal pagamento em 1838, depois de ter recebido uma circular do Administrador Geral da Província informando as câmaras da mencionada obrigação de remunerarem os professores. Isto poderá significar ou que as câmaras

[11] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 94f.
[12] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 94f.
[13] ADÃO, 2018, *O ensino primário no Portugal de oitocentos* […], p. 79.

não recebiam toda a legislação publicada, como era suposto que recebessem, e neste caso o descuido das instâncias intermediárias explicaria o incumprimento de parte da legislação; ou as câmaras recebiam efetivamente todos os diplomas legislativos promulgados, mas não os davam à execução por falta de meios e necessidade de atender a outras situações prioritárias.

As Primeiras Escolas

Foi em 1838[14] que começou a funcionar a primeira escola oficial primária do Porto Moniz. A 10 de outubro desse ano, na casa utilizada para as sessões da Câmara, «compareceo Augusto Cezar Bittencourt com sua carta de Professor de Primeiras Letras para esta Villa que a Camera houve por appresentado e lha cumprio»[15]. A abertura desta escola, se oferecia grandes vantagens para os munícipes, também representava uma despesa anual de pelo menos 20 mil réis para o município. Com um equilíbrio financeiro difícil de manter, verificamos que este não se responsabiliza por quaisquer outras despesas com a instrução primária. A 16 de setembro de 1840, a Câmara ainda não estabelecera nenhuma escola municipal, como se vê pela ata da correspondente sessão:

> «Nella foi presente huma circullar do Senhor Secretario Geral servindo d' Admenistrador Geral d'este Destricto […] exigindo que se informe se os Professores mantidos pela Camara teem os indispençaveis requezitos, e o mais ali declarado: mandaraõ que se responda sêr ella inexiquivel n'este Concelho, por isso que n'elle naõ há Professores mantidos pela mesma Camara»[16]

No município do Porto Moniz, a escassez de recursos financeiros e a urgência de estabelecer outras infraestruturas indispensáveis (nomeadamente cemitérios), como dissemos, justificam a falta de investimento no ensino. Só a 30 de março de 1844 é aprovada a criação da primeira escola municipal do Porto Moniz, na freguesia da Ponta do Pargo:

[14] Nas Cortes Constituintes de 15 de março 1822 foi aprovada a criação de várias cadeiras de primeiras letras na Madeira, uma das quais no Porto Moniz. No entanto, parece que o regresso do Absolutismo, em 1823, determinou que não se efetivasse a criação destas cadeiras (PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário* […]).

[15] ABM, CMPMZ, Vereações, lv. 1, fl. 220.

[16] ABM, CMPMZ, Vereações, 1840-1842, lv. 2, fl. 30v.

> «Hum dito (oficio) do mesmo Governo […] aprovando a creação d'uma Escolla de primeiras letras na freguesia da Ponta do Pargo, – nomearaõ para Professor d'ella Manoel Joaquim Rodrigues arbitrando-lhe setenta e dois mil reis d'ordenado annuaes, cujo o vencimento principiará no dia em que a Escolla for aberta»[17][18].

Esta escola deve ter funcionado por pouco tempo, pois em 1849 o relatório do Governador Civil não regista a existência de qualquer escola municipal na Ponta do Pargo. Quando o concelho foi suprimido pela primeira vez estava em funcionamento uma única escola nacional masculina na freguesia do Porto Moniz.

Em fevereiro de 1856, a Câmara do Porto Moniz retomou os seus trabalhos. A 17 de dezembro desse ano fica claro que a Câmara se responsabiliza apenas pelo pagamento da gratificação do professor nacional. Em resposta a uma circular do Governador Civil datada de 11 de dezembro, que pedia um mapa com as escolas sustentadas pelo município, «deliberaram [os edis] que se accuse a recepçaõ da mesma Circular, fazendo se ver a S. Ex.ª que a Camara naõ sustenta Eschola alguma, e que só paga vinte mil reis de gratificaçaõ, em cada anno, ao Professor do ensino primario»[19]. Como seria de esperar, a instabilidade provocada pela supressão do concelho prejudicara a implementação de uma política de ensino estruturada, que idealmente levaria o município a assumir responsabilidades progressivamente mais importantes nessa área. Dois anos depois, gerou-se um importante movimento de estabelecimento de escolas. A 20 de maio de 1858,

> «foi presente hum Officio de Alipio Augusto Ferreira, de 14 do corrente, e com elle o Provimento do Comissario dos Estudos do Districto do Funchal em que interinamente se [constituio?] por Professor do ensino primario do sexo masculino, na Freguesia da Ponta do Pargo para que a Camara mande fazer o respectivo assentamento na Secretaria para se regular os vencimentos que lhe compete desde o dia treze do corrente Maio em que abrio a Escholla em vista do qual Deliberaram que se faça o respectivo assento»[20].

[17] ABM, CMPMZ, Vereações, 1842-1849, lv. 3, fl. 64f.

[18] Curiosamente, verificou-se que o processo de estabelecimento das primeiras escolas municipais da Calheta, em 1841, diferiu consideravelmente do Porto Moniz, em 1844. Enquanto neste concelho o estabelecimento destas escolas foi autorizado pelo Governo Civil, o município da Calheta pediu ao Administrador do Concelho que se pronunciasse sobre a instalação da escola da Fajã da Ovelha e ao Concelho de Distrito que autorizasse a da escola do Arco da Calheta. No caso da Calheta, os professores não foram nomeados, a Câmara realizou um exame público aos candidatos. A Câmara da Calheta determinou ainda que o ordenado dos professores seria de 60 000 réis anuais, ou seja, inferior ao oferecido pela Câmara do Porto Moniz.

[19] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 36v.

[20] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 125f.

O caso da escola da Ponta do Pargo é particularmente curioso. Aquando da primeira supressão do concelho do Porto Moniz, em 1849, o relatório do Governador Civil regista que a Câmara da Calheta assumira a remuneração do professor da escola municipal, entregando a respetiva regência ao pároco. Em 1856, ano em que o município do Porto Moniz é restabelecido, a freguesia da Ponta do Pargo volta a pertencer ao município recriado, mas a edilidade parece ignorar que a respetiva escola está no âmbito da sua circunscrição: o ofício acima transcrito refere que a escola abrira no dia 13 de maio, o que dá a entender que a escola não estaria em funcionamento. No entanto, em 1857, a Câmara da Calheta regista no seu livro de receita e despesa[21] o pagamento do ordenado de Eduardo Joaquim Pestana, que exercia funções de professor municipal na freguesia da Ponta do Pargo. Efetivamente, quando o município do Porto Moniz foi abolido, a freguesia da Ponta do Pargo passou a depender do município da Calheta. Por outro lado, o último pagamento ao professor Eduardo Joaquim Pestana ocorreu a 19 de abril de 1861. Note-se que as atas de sessões de vereações da Calheta desta época são muito sumárias e até omissas relativamente a muitas saídas de dinheiro lançadas no livro de receita e despesa. A explicação mais plausível para esta situação é que a Calheta estaria a pagar ordenados em atraso ao professor da Ponta do Pargo. Efetivamente, quando em 1856 o Comissário dos Estudos conduziu uma inspeção às escolas do arquipélago, concluiu que o professor da Ponta do Pargo não recebia vencimento havia três anos. Certo é que no ano económico de 1861-1862 a Câmara da Calheta assegurava o pagamento do aluguer de quatro espaços escolares (das escolas nacionais feminina e masculina e das duas escolas municipais – uma no Arco e outra na Fajã), não havendo qualquer referência à escola da Ponta do Pargo.

Importa referir que a freguesia da Ponta do Pargo foi motivo de tensão entre o Porto Moniz e a Calheta. Segundo Adriano Ribeiro[22], a Ponta do Pargo foi a freguesia mais rica e populosa do concelho do Porto Moniz desde a sua fundação em1835 até 1871. Pelo decreto de 26 de junho de 1871, o Governo determinou «que a freguesia da Ponta do Pargo fique pertencendo, para todos os effeitos ecclesiasticos, administrativos, judiciaes e de fazenda, ao concelho da Calheta, districto do Funchal»[23]. É possível que esta transição forçada tenha causado uma certa instabilidade e a sobreposição de responsabilidades respetivas das duas câmaras.

---

[21] ABM, Câmara Municipal da Calheta, Receita e despesa, 1857-1867, lv. 209.
[22] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […].
[23] *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871*, 1872, p. 183.

A segunda escola municipal do Porto Moniz é estabelecida no Seixal, ainda no ano de 1858. Na sessão de vereação de 30 de setembro,

> «despacharão-se dois requerimentos de Felippe Rodrigues Jardim, da Freguezia do Seixal, sendo hum para a Camara lhe attestar a sua conducta Civil politica e religiosa, e outro para se lhe declarar quaes as materias que se devem ensinar na Eschola que a Camara pertende estabelecer na dita Freguezia, sendo despachados na forma requerida»[24].

Ensino Feminino

Tal como acontecera com outros concelhos madeirenses, em 1840 o Porto Moniz recebeu um ofício da Escola Médico-Cirúrgica pedindo que o município enviasse mulheres para se formarem na "arte de partejar". O Porto Moniz respondeu positivamente a este pedido, recebido no dia 12 de fevereiro:

> «Foi presente hum Officio do Presidente do Conselho da Escola Medico Cirurgica d'esta Provincia, em dacta de vinte e trez de Janeiro findo excitando a attençaõ d'esta Camara sobre a precizaõ que ha de se fazerem hir algumas mulheres deste Concelho praticar na mesma Escola sobre o modo de partejar, assim como d'ella Camara contribuir com algumas importancias em ordem a poderem permanesser na respectiva cidade durante o tempo que se acharem praticando: attendendo a Camara á utilidade que d'aqui provem [sentou?] que assim se satisfizesse na época competente, exigindo-se das Estações competentes conhecimento de quaes as que se achaõ em melhores circunstancias para se prestarem a este serviço preferindo as que já se empregaõ em semilhante serviço digo em hum igual serviço de partejar»[25].

É de crer que as duas câmaras tivessem recebido ofícios idênticos, mas o relato da vereação do Porto Moniz é mais descritivo: o presidente da Escola Médico-Cirúrgica pede a atribuição de um subsídio da Câmara às parteiras enquanto elas estivessem "praticando" no Funchal. A Câmara do Porto Moniz respondeu prontamente à solicitação e em dezembro de 1840 já estava a pagar «a quatro Parteiras d'este Concelho no mez de Junho último para poderem permanecer na cidade do Funchal a fim de praticarem na Eschola Medico Cirurgica, rellativamente a forma de partejarem»[26]. Antónia do Rosário, Rosa Joaquina, Felícia Rosa e Maria

[24] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 143f.
[25] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 340.
[26] ABM, CMPMZ, Vereações, 1840-1842, lv. 2, fl. 63v.

de Jesus são as primeiras mulheres do Porto Moniz a frequentar o curso[27]. Embora nenhuma delas soubesse ler e escrever, todas concluíram o curso.

Nos anos seguintes, a Câmara do Porto Moniz recebeu outros ofícios da Escola Médico-Cirúrgica reiterando o mesmo pedido. Todavia, além destas quatro mulheres os livros de matrículas da referida escola não registam a frequência de outras parteiras provenientes do Porto Moniz. É provável que as receitas do município não fossem suficientes para custear a sua formação no Funchal; no entanto, a aprendizagem facultada às quatro mulheres referidas não deixa de ser um sinal de que a edilidade estava atenta à necessidade de melhorar as condições de saúde dos munícipes.

No que diz respeito ao ensino primário feminino, o Porto Moniz é provido pela primeira vez de uma escola feminina pública em 1858:

> «N'ella foi presente Hum officio de D. Carolina Henriqueta Espinosa Vianna, de 17 do corrente, e [com] elle o Provimento do Comissario dos Estudos d'este Districto, em que interinamente a constituio Mestra da Escholla de meninas d'esta Villa para que a Camara mande fazer o respectivo assento na Secretaria para se regular o vencimento que lhe compete desde o dia vinte e seis de Abril proximo findo, quando abrir a Escholla»[28].

Até o final do período em análise (1878), tudo indica que não foram criadas mais escolas femininas públicas no concelho do Porto Moniz.

Inspeção Escolar

Na época histórica estudada (1836-1878*)* verifica-se que a Inspeção do Ensino Primário já existia no concelho do Porto Moniz. A 30 de outubro de 1839

> «foi presente huma circullar do Excellentissimo Admenistrador Geral, do corrente mez, […] e com ella hum Exemplar da Portaria do Ministerio do Reino de quatorze de setembro passado, a fim d'esta Camara, em observancia do artigo trinta e sete do Decreto de quinze de Novembro de mil oito centos trinta e seis, proceda á nomeaçaõ do Vogal que em conformidade do citado Decreto, lhe compete nomear para a organisaçaõ da Comissaõ Inspectora da Instrucção primaria n'este Concelho: em consequencia nomearaõ para vogal da mesma Comissão Luiz Joze Vicente Teixeira morador do sitio dos Lamaceiros [?] desta Villa»[29].

[27] ABM, Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Registo de matrículas das alunas […], 1840-1907, cx. 8, lvs. 2 e 3.
[28] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fls. 124v.-125f.
[29] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 309.

A nomeação de um vogal do Porto Moniz para a Comissão Inspetora do Ensino Primário ocorre no mesmo ano em que teve lugar idêntica nomeação na Calheta (ainda que uns meses depois). Novamente identificamos um hiato temporal entre a promulgação da lei (1836) e a sua aplicação, que aconteceu depois da receção da circular do Administrador Geral (ainda que se deva ressalvar que o Porto Moniz foi contemplado com escola primária somente em 1838, pelo que não faria sentido qualquer atuação da Comissão Inspetora da Instrução Primária antes dessa data). Não foi possível perceber se o vogal nomeado, e com ele o Administrador do Concelho e o professor primário, cumpriram assiduamente as funções que lhes eram atribuídas, uma vez que nos livros de atas de vereações e de atas do Conselho Provincial de Instrução Pública não se encontrou qualquer outra menção à dita Comissão.

Entre 1836 e 1844, a Inspeção Escolar foi da responsabilidade das comissões inspetoras constituídas pelo Administrador do Concelho e por um vogal. A reforma de 1844 retirou essa incumbência às câmaras, atribuindo-a ao Comissário de Estudos. Porém, João Adriano Ribeiro (1996) afirma que o Administrador do Concelho realizou uma inspeção à escola do Porto Moniz, em setembro de 1856. Nessa visita, «o administrador do concelho achava que a sala estava indecente porque as paredes não estavam rebocadas»[30]. Além do mais, o Administrador considerava que a escola deveria situar-se na zona da Terra Chã,

> «onde é o forte da população, afluirião mais alunos, que deixão na maior parte a frequência da eschola pela distancia que esta se acha, e terem de descer e subir diariamente a longa e ingreme ladeira, gastando a maior parte do dia em caminho», acrescentando os pais «e com razão, que no dia em que veem á escholla nada lhes fazem os filhos»[31].

O professor, que vivia na vila, por ser mais confortável no inverno, não concordava com tal alteração. O Administrador registava que estavam matriculados 24 alunos, mas apenas 17 se encontravam presentes.

> «Desses apenas três satisfizeram as perguntas que lhes foram feitas em matérias de História Pátria, Geografia, Contas, Leitura e Doutrina Christã. O professor justificava que os restantes eram de pouca idade e, além de não darem o apreço devido às lições, faltavam muito»[32].

Não se encontrou nas vereações referência a esta visita (infelizmente, não foi possível localizar o livro de onde João Adriano Ribeiro retirou esta informação[33]).

---

[30] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[31] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[32] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[33] João Adriano Ribeiro indica a referência ARM, Registos Notariais, L.º 1 (1855-1870). No entanto, não foi possível encontrar nos registos notariais o livro com esta cota e estas datas extremas.

De qualquer forma, vale a pena salientar a proatividade deste Administrador do Concelho ao realizar a inspeção referida. Em agosto de 1856, mês anterior àquele em que tivera lugar a inspeção realizada pelo Administrador do Concelho, o Comissário dos Estudos, a quem competia inspecionar, tinha visitado a mesma escola e as suas conclusões tinham sido diferentes:

> «inspeccionando a eschola publica, cujo professor é José Bernardino de Brito, que tem provimento temporario. Porta-se tão bem, é tão arranjado homem, que, apezar da escassez do ordenado que percebe, vive com certa independencia. A matricula era de 23 alumnos, presentes achei só 18, mas alguns d'estes suficientemente versados nas principais matérias d'este grau d'instrucção»[34].

O Comissário é pois menos duro nas suas críticas, tanto relativamente ao espaço (que aliás nem refere), como relativamente à preparação dos alunos. Talvez por comparação com outras escolares insulares, em pior estado, Marceliano Ribeiro não parece considerar aquela escola um caso particularmente preocupante.

Quanto a exames do ensino primário, não se encontrou qualquer menção à realização ou preparação dos mesmos nas atas de vereações do Porto Moniz durante o período histórico-pedagógico em análise. Em 1877, um professor, Manuel Pinto, justificava a inexistência de exames finais: «não havia exames finais no concelho, uma vez que os alunos, por serem agricultores, contentavam-se em saber ler, escrever e contar. Só aqueles que quisessem continuar iam preparar-se ao Funchal»[35].

Frequência Escolar

O «Mappa das Escholas Primarias actualmente existentes e sua frequencia e das que importa crear relativamente ao numero de indivíduos que educar e à configuração do terreno»[36], redigido pelo Governador Civil, indica que em 1845 apenas 16 crianças frequentavam a escola masculina do Porto Moniz. Nesse ano, estimava-se que existissem 126 crianças em idade escolar na freguesia do Porto Moniz, o que significava que apenas 13% das crianças frequentava a escola. O mesmo mapa assinala que existia uma escola municipal na freguesia da Ponta do Pargo, porém o Governador não conseguiu obter o número de matriculados nessa escola.

[34] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1857, *Relatório do comissário dos estudos* […], p. 4.
[35] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 248.
[36] Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), mç. 3539.

Não foi, portanto, possível calcular a percentagem de crianças escolarizadas para todo o concelho, por faltarem os dados da frequência escolar da freguesia da Ponta Pargo.

Onze anos depois, em 1856, o Comissário dos Estudos verificava que a escola masculina do Porto Moniz era frequentada por 23 crianças[37].

Nos anos 60 do século XIX, o número de alunos matriculados aumentou, visto que o número de escolas régias também subiu para quatro: três escolas masculinas nas freguesias do Porto Moniz, Ponta do Pargo e Seixal e uma escola feminina na freguesia do Porto Moniz.

Tabela 1 – Escolas do Porto Moniz e alunos matriculados em 1866

Escola	Alunos matriculados			Frequência média mensal
	M.	F.	Total	
Escola Masculina do Porto Moniz	41	0	41	22,7
Escola Feminina do Porto Moniz	0	23	23	13,84
Escola da Ponta do Pargo	42	3	45	32,62
Escola Masculina do Seixal	26	0	26	17,53

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

A tabela 1 mostra o número de alunos matriculados nas escolas do Porto Moniz em 1866 e respetiva frequência média, segundo os dados da Inspeção Escolar de 1867. As escolas com maior número de alunos matriculados eram as das freguesias do Porto Moniz e da Ponta do Pargo. A da Ponta do Pargo, frequentada maioritariamente por rapazes, contava com três meninas matriculadas, portanto, funcionava como uma escola mista. A assiduidade dos alunos era muito baixa, o que certamente tinha repercussões no seu desempenho académico. A escola em que os alunos eram mais assíduos era a da freguesia da Ponta do Pargo, onde os pais de todos os alunos eram lavradores proprietários – ainda assim, em média, diariamente, compareciam na escola cerca de 33 alunos, estando inscritos 45. Os alunos menos assíduos eram os da escola masculina do Porto Moniz: em média as aulas eram frequentadas por 55% dos alunos matriculados.

[37] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1857, *Relatório do comissário dos estudos* […].

Os dados da Inspeção Escolar de 1867[38] confirmam a asserção do professor Manuel Pinto acima citada: em 1867 a maioria (81%) das crianças do Porto Moniz provinha de famílias ligadas ao trabalho da terra.

Nada se encontrou nas vereações que comprovasse que o município alguma vez tivesse tentado implementar a frequência escolar obrigatória. Todavia, João Adriano Ribeiro afirma que, na inspeção realizada à escola do Porto Moniz, em 1856, o Administrador do Concelho registava que os pais eram admoestados a mandar os seus filhos à escola. Como foi dito, não se encontrou a documentação referida por Adriano Ribeiro, mas é de crer que tais admoestações terão sido pontuais e ineficazes, pois o reduzido número de matrículas e a baixa assiduidade dos alunos assim o sugerem. Aliás, a escolarização obrigatória era muito difícil de pôr em prática visto que as escolas existentes no Porto Moniz não tinham condições para receber muitos alunos e não havia escolas em número suficiente para receber todas as crianças do concelho.

Material e Espaços Escolares

Os dados da Inspeção Escolar de 1867 evidenciam que em 1866 funcionavam no Porto Moniz quatro escolas oficiais – duas no Porto Moniz (uma das quais feminina), uma no Seixal e outra na Ponta do Pargo. Nenhum dos professores tinha passado exames ou obtido habilitação da Escola Normal; os professores eram pagos pela Fazenda Nacional. A Câmara do Porto Moniz assumia o pagamento de uma gratificação de 20 000 réis a cada professor e ainda do custo do aluguer da escola nacional masculina da freguesia do Porto Moniz.

[38] ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Tabela 2 – Material existente nas escolas do Porto Moniz em 1866

Escola	Mesas	Bancos	Tinteiros			Quadros pretos	Coleção de pesos e medidas	Lousas pequenas		
			Da escola	Do professor	Dos alunos			Da escola	Do professor	Dos alunos
Escola Masculina do Porto Moniz	4	6	0	0	20	1	—	12	2	10
Escola Feminina do Porto Moniz	2	12	0	1	11	0	Medidas lineares	0	2	11
Escola da Ponta do Pargo	4	5	0	4	10	1	—	0	1	27
Escola Masculina do Seixal	3	4	0	1	7	0	Quadro de pesos e medidas	0	2	12

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Tabela 3 – Livros utilizados pelos alunos nas escolas do Porto Moniz em 1866

	Escola Masculina do Porto Moniz	Escola Feminina do Porto Moniz	Escola da Ponta do Pargo	Escola Masculina do Seixal
Abecedário, silabário, etc.	12	6	3	0
Logares Selectos	4	0	0	0
Cathecismo Montpellier	0	2	3	4
Manuscripto	7	8	11	7
Methodo facilimo	5	0	5	0
Manual Enciclopedico	4	4	12	10
Expositor Portuguez	0	0	0	8
Cartilha	0	0	17	0
Grammatica portuguesa	3	3	2	3
Cartilha do systema metrico	0	0	19	0
Lições de boa moral	3	0	0	0
Elementos de moral	3	0	0	0
Total	41	23	72	32

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

O material escolar era escasso (tal como demonstrado na tabela 2), sendo que os livros, lousas e tinteiros pertenciam, regra geral, aos alunos. O município tinha feito uma despesa total de 15 000 réis (10 000 antes de 1866 e 5000 em 1866) com a aquisição de mobília. Nenhuma outra entidade administrativa fizera qualquer despesa com mobília. O material das escolas do Porto Moniz e do Seixal era administrado pela Câmara. Já o material da escola feminina era gerido pela mestra, e o da escola da Ponta do Pargo pelo respetivo professor e por um particular.

Como consta nas tabelas, não se encontrou registo da existência em nenhuma destas escolas de livros que pertencessem aos professores, ou às próprias escolas. Existe, no entanto, a referência a uma lista dos «livros utilizados pelos alumnos com a declaração do numero de alumnos que usam delles»[39]. É provável que fossem pertença dos próprios alunos ou cedidos por particulares (talvez fosse o caso da escola da freguesia da Ponta Pargo, que dispunha do maior número de livros, como demonstra a tabela 3).

[39] ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052, p. 238.

A falta de livros pertencentes à escola masculina da freguesia do Porto Moniz causa particular estranheza, porque 11 anos antes, em 1855, a respetiva escola tinha recebido material (maioritariamente livros) do Comissário dos Estudos, como atesta a tabela 4.

Tabela 4 – Material entregue à escola régia do Porto Moniz em 1855

	Livros de registo	*Methodo Facilimo*	*Arte de leitura manuscripta*	*Cathecismo de doutrina*	*Manual do Christão*	*Elementos da Moral*	*Resumo da história pátria*	*Lições de Boa Moral*	*Lusíadas de Camões*	*Manual Encyclopedico*	Lousas	Lápis de pedra	Lápis de pau	Penas de ave	Tinta de escrever (canadas)	Mapas geográficos
Escola do Porto Moniz	3	8	8	11	10	4	8	4	1	8	10	45	18	100	1 quartilho	2

Fonte: RIBEIRO DE MENDONÇA, 1856-01-05, «Provimento», in *Semanario Official*.

O regulamento do material então distribuído pelo Comissário determinava claramente que «os livros e mais utensilios escolares, que hoje forem entregues aos professores das escholas publicas, não são propriedade dos alumnos pobres; são propriedade da respectiva eschola, para o serviço d'estes exclusivamente»[40]. A escola não ter, em 1866, um único livro dos 65 entregues pelo Comissário dos Estudos em 1855 é difícil de compreender. Comparando as tabelas 3 e 4 nota-se que, em 1856, dos nove livros de estudo, quatro eram de Doutrina Cristã e Moral; em 1866, dos 12 títulos elencados, três versavam essa temática (entre os quais *Elementos de Moral* e *Lições de Boa Moral*, já constantes da lista de 1856). Constam ainda das duas listas o *Methodo Facilimo* e o *Manual Encyclopedico*; a lista de 1866 inclui novos livros para ensino do Português: Abecedário, Silabário, *Expositor Portuguez*, *Cartilha* e *Grammatica Portugueza*, substituindo os *Lusíadas* de Camões por *Logares Selectos*.

Quanto aos espaços escolares, da inspeção do Administrador do Concelho, em 1856, depreende-se que as aulas decorriam em casa do professor. A questão da adequação dos espaços para atividades letivas é muito debatida na década de 50 do

[40] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1856-01-05, «Provimento», in *Semanario Official*, p. 2.

século XIX. Num relatório de 1855-1856, o Conselho Superior de Instrução Pública afirmava que as escolas primárias «pela maior parte, estão colocadas nas casas dos professores»[41]: era o que se verificava na escola do Porto Moniz. A Inspeção Escolar de 1867 descreve com bastante detalhe as condições das escolas.

Ainda que não tivessem instalações excelentes, os dados lançados na tabela 5 mostram que as escolas do Porto Moniz não seriam das piores do arquipélago. Embora nenhum desses estabelecimentos providenciasse uma área de um metro quadrado por aluno, todos apresentavam condições higiénicas consideradas satisfatórias. A escola masculina do Porto Moniz não era suficientemente ventilada e as escolas da Ponta do Pargo e do Seixal mostravam-se pouco limpas.

Tabela 5 – Condições das escolas do Porto Moniz em 1866

Escola	N.º de alunos	Área da aula principal	Área média por aluno	N.º de janelas	Ventilação	Condições higiénicas
Masculina do Porto Moniz	41	21,62 m^2	0,52 m^2	1	Deficiente	Satisfatórias
Feminina do Porto Moniz	23	20,29 m^2	0,88 m^2	1	Suficiente	Satisfatórias
Masculina da Ponta do Pargo	42	26,98 m^2	0,64 m^2	2	Suficiente	Satisfatórias
Masculina do Seixal	26	22,63 m^2	0,85 m^2	2	Suficiente	Satisfatórias

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Todos os espaços escolares da freguesia do Porto Moniz pertenciam a particulares. A Câmara pagava 6000 réis anuais pela habitação do professor da escola masculina dessa freguesia e pela sala de aula, que se encontravam no mesmo prédio. A professora da escola feminina da freguesia do Porto Moniz pagava por ano 12 000 réis pela casa onde residia e pela sala de aula, igualmente localizadas no mesmo edifício. Os restantes espaços eram cedidos gratuitamente pelas juntas de paróquia.

[41] GOMES, 1985, *Relatórios do Conselho Superior* […], p. 227.

A Situação do Ensino Primário no Porto Moniz Antes da Reforma de Rodrigues Sampaio

A história de repetidas supressões e alteração de limites da circunscrição administrativa do Porto Moniz não facilitou a implementação de uma política coesa em todas as áreas, nomeadamente na área da instrução.

Tabela 6 – Número de escolas públicas e alunos do Porto Moniz entre 1869-1870 e 1876-1877

Ano letivo	Escolas públicas do Porto Moniz	Alunos
1869-1870	4	107
1870-1871	4	121
1871-1872	3	101
1872-1873	3	85
1873-1874	3	95
1874-1875	3	92
1875-1876	3	82
1876-1877	3	81

Fonte: BMF, Relatório apresentado […], 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.

A análise da tabela 6 permite concluir que nos últimos anos do quadro histórico-pedagógico em foco, não há evolução em termos educativos. As escolas da Ponta do Pargo e do Seixal, que originalmente eram municipais, são substituídas por escolas do Estado (deve ressalvar-se que em 1871 a freguesia da Ponta do Pargo passa a pertencer à Calheta).

Com diferenças pouco significativas entre os diferentes anos letivos, o número de alunos a frequentar a escola pública parece estagnar (note-se que a redução do número de alunos é mais significativa aquando da transferência da escola da Ponta do Pargo para o município da Calheta).

Para colmatar as lacunas da iniciativa pública, nomeadamente no referente à instrução feminina, pontualmente ocorrem iniciativas particulares. Entre os anos letivos 1870-1871 e 1876-1877 surgiram escolas femininas particulares, ora na freguesia do Porto Moniz, ora na freguesia do Seixal.

Na última década do período histórico em análise, identificaram-se dois momentos em que a administração mostrou iniciativa no desenvolvimento da instrução primária. No relatório de 1868, o Governador Civil afirma que, no ano letivo 1866-1867, a Câmara tinha estabelecido três escolas noturnas:

> «Alem das escolas que descrevi, a camara tinha já creado tres escolas nocturnas, uma no Seixal, outra no Porto do Moniz e outra na Ponta do Pargo, havendo-se incumbido d'ellas gratuitamente os respectivos professores das escolas diurnas, sem prejuizo das suas obrigações. Este beneficio publico porém não tinha assim garantias de permanencia, e eu procurei por isso empenhar a camara no sentido de gratificar áquelles professores o encargo a que elles voluntariamente se haviam prestado, interessando-os por esse modo em continuar a desempenha-lo»[42].

Tal remuneração de serviços extraordinários, porém, não parece ter acontecido efetivamente, uma vez que nenhum dos relatórios dos anos seguintes dá conta da existência de escolas noturnas municipais neste concelho (embora o façam para outros concelhos). É provável que o facto de o município ter sido suprimido durante uns meses entre 1867 e 1868 tivesse inviabilizado o plano acima referido. Quando a Câmara do Porto Moniz é restabelecida, não revisita a ideia de manter escolas noturnas municipais mediante a atribuição de uma gratificação aos professores régios.

O concelho do Porto Moniz volta a mostrar interesse no desenvolvimento do ensino primário pela segunda vez em 1876, quando se dispõe a fornecer casa, mobília e material para mais três escolas no município:

> «Vão ser estabelecidas mais tres escholas de ensino primario no concelho do Porto do Moniz, sendo uma em Sancta Maria Magdalena, outra na freguezia das Achadas da Cruz e outra na Ribeira da Janella para as quaes a respectiva camara municipal se presta a fornecer casa, mobilia e utensílios»[43].

Contudo, a concretização deste projeto não foi imediata, talvez porque o município não estivesse capacitado para cumprir as exigências legais a que a abertura de escolas estava sujeita. Assim sendo, o Porto Moniz termina o período histórico-pedagógico em apreço com as três escolas já mencionadas: a masculina e a feminina do Porto Moniz e a masculina do Seixal.

Conclusão

Em suma, mais de 60 anos depois da criação das primeiras escolas oficiais na Madeira (em 1772), o Porto Moniz foi beneficiado com uma escola oficial, na sequência da criação deste concelho: a sobrevivência da administração local dependia da existência de uma escola.

[42] Biblioteca Municipal do Funchal (BMF), Relatório apresentado […], 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.
[43] «Funchal, 31 de outubro», 1876-10-31, in *Diário de Notícias*, p. 2.

O caso do Porto Moniz ilustra de forma paradigmática como a instabilidade administrativa, a fragilidade financeira e o isolamento dos núcleos populacionais, devido ao relevo acidentado e a outros fatores geográficos, condicionaram a consolidação de uma rede escolar primária nas regiões periféricas da Madeira oitocentista. Apesar do atraso relativamente a outros concelhos, a análise das fontes municipais permite perceber que, já antes da reforma de Rodrigues Sampaio, se haviam lançado alguns alicerces para a institucionalização do ensino primário.

Mais do que traçar um simples retrato local do processo de escolarização obrigatória, esta narrativa pretendeu evidenciar as tensões entre centralização governamental e autonomia municipal no quadro do liberalismo português: se por um lado o poder central impunha reformas que exigiam recursos, por outro lado os municípios tinham dificuldades em executá-las, dando prioridade a infraestruturas consideradas mais urgentes, em que concentravam os escassos recursos de que dispunham. Neste sentido, o Porto Moniz constitui um observatório privilegiado das limitações estruturais da política educativa oitocentista em territórios periféricos, onde a escola não era ainda percecionada como prioridade social imediata.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Bibioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal da Calheta, Receita e despesa, 1857-1867, lv. 209.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1835-1840, lv. 1.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1840-1842, lv. 2.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1842-1849, lv. 3.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1856-1860, lv. 4.

ABM, Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Registo de matrículas das alunas do curso de obstetrícia, 1840-1907, cx. 8, lvs. 2 e 3.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

ANTT, Ministério do Reino, mç. 3539.

Biblioteca Municipal do Funchal (BMF), Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal em 1876 e 1877, 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.

Fontes Impressas

RIBEIRO DE MENDONÇA, Marceliano, 1857, «Relatório do comissário dos estudos do districto administrativo do Funchal, em 22 de outubro de 1856», in *O Instituto, Jornal Scientifico e Literário*, Coimbra, Instituto de Coimbra, vol. V, pp. 2-5, 13-16 e 25-27.

Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871, 1872, Lisboa, Imprensa Nacional.

Periódicos

«Funchal, 31 de outubro», 1876-10-31, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.

RIBEIRO DE MENDONÇA, Marceliano, 1856-05-01, «Provimento», in *Semanario Official*, n.º 86, Funchal, pp. 2-4.

Bibliografia Consultada

ADÃO, Áurea, 2018, *O ensino primário no Portugal de oitocentos (1820-1880). Génese e estruturação político-administrativa*, Lisboa, Associação de História da Educação de Portugal.

GOMES, Joaquim Ferreira, 1985, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

MAGALHÃES, Justino, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, disponível em https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/18286, consultado em 2023 e 2024.

PAREDES, Maria Luciana, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira: Do Proto Plano Escolar Pombalino ao Plano de Alfabetização Popular do Estado Novo*, Dissertação de doutoramento em História de Educação, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto Moniz.